

# ANANSE E AS LUTAS TECIDAS DIARIAMENTE



Ananse and the daily weaved struggles

Fernanda Dias Barreto

Universidade Federal de Alagoas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social | Maceió, Brasil  
fernandadias.barreto27@gmail.com | ORCID iD: 0000-0002-9136-1578

---

AMADOR DE DEUS, Zélia. 2019. *Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de Ananse*. Belém: Secult-Pará.

---

“Ananse tecendo teias na diáspora”, escrito por Zélia Amador de Deus e “resultado de uma vida, de uma ação, de uma militância” (16), é uma adaptação de sua tese de doutoramento em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará. O livro foi escrito em auto teatral, um modelo narrativo utilizado comumente pelo gênero dramático na literatura ocidental. O texto foi capaz de reunir Ananse uma Deusa diaspórica, seus herdeiros e herdeiras – povo negro trazidos para as Américas –, o racismo estrutural e as lutas por políticas afirmativas de combate ao racismo. Para tanto, a autora escolhe apresentar o entrelace desses elementos através de uma análise que considera as rupturas e os conflitos como fatores fundamentais para uma contextualização histórica.

Para produção desse estudo foi essencial os esforços da autora em reunir diferentes áreas do conhecimento e seus recursos analíticos, a fim de que se alcançasse a complexidade e capilaridade que essa questão requer. Dessa forma, a junção da antropologia política e processual, a literatura brasileira e o trabalho dos movimentos negros e sua experiência militante, foram fundamentais neste estudo. Através de uma escrita

acessível para diferentes leitores, a autora nos convida a uma experiência de conhecimento e revisão de processos racistas aos quais os herdeiros e herdeiras de Ananse foram submetidos desde o período colonial e que se estendem até os tempos atuais. Antes de avançarmos nessa discussão, é importante entendermos quem é Ananse e como ela pode ser incluída nesta análise e a partir dessa perspectiva.

A divindade da cultura *fant-ashand* Aranã que quando se apresenta em forma de aranha recebe o nome de Ananse, conquistou o direito de ser a guardiã das histórias e memórias, através de sua atuação sagaz e por vezes silenciosa. Vista em algumas culturas como criadora dos homens e do universo, Ananse é intercessora entre os homens e as divindades. Ananse faz parte de toda humanidade que foi trazida pelo povo negro para condição limite de existência, mesmo em meio a tanta desumanização, dor e distanciamento de tudo que pudesse ser reconhecido e carregado de significado. Trazer consigo Ananse era a possibilidade de existir e de se organizar para resistir. Ponto muito importante a ser esclarecido é que o uso feito pela autora da identificação movimento negro no singular não se resume à atuação da organização social fundada já no final dos anos 70. A autora se utiliza desse termo para identificar a pluralidade das ações dos herdeiros e herdeiras de Ananse, incluindo certamente a militância organizada, mas também trazendo relevância às atuações coletivas não organizadas em movimentos. Dessa forma, a própria formação de Quilombos ainda no período escravocrata, festejos, devoções e atitudes individuais – tais como assassinatos e abortos por parte das herdeiras – compõem o que a autora chama de movimento negro.

O objeto de análise no livro são as resistências promovidas como resposta ao racismo, desumanização e invisibilidade promovidas durante o período escravocrata e constantemente atualizadas na sociedade. Para tanto, a autora construiu ao longo dos três capítulos que constituem o livro as personas do antagonista e as ações dos protagonistas. Essa construção alcança as questões mais atuais de discussão sobre as desigualdades vivenciadas por essa população e as lutas enfrentadas para construção de políticas nacionais de enfrentamento ao racismo.

Torna-se fundamental compreender a escolha feita pela autora a respeito da sua escrita que procura seguir uma lógica temporal negra, que inclui em sua análise as rupturas e

descontinuidades que envolvem a historicidade, o que inclui na análise a possibilidade de variações e inclusão do conflito como fatores presente na construção das relações sociais. A autora inclui no terceiro capítulo uma distinção importante sobre o tempo linear e homogêneo e o tempo performativo, sendo este último o tempo das intersecções e transversalidades. Considero que esse modelo organizativo da escrita e as escolhas metodológicas feitas pela autora tornam essa produção uma importante contribuição para a antropologia histórico/processual, na qual o conflito e as rupturas históricas deixam de ser compreendidas como elementos de anomalias sociais e passam a ser elementos constitutivos que nos permitem a construção de novas perspectivas. Essa mudança é fundamental para uma análise que considera apresentar as diferentes faces do racismo e as diferentes estratégias de resistências do povo negro.

Essas novas perspectivas possibilitaram que a autora apresentasse uma alternativa à “história nacional”. Construída a partir de elementos ideológicos, políticos, subjetivos e concretizados pelo Estado, essa história nacional, que a autora decompõe no decorrer do texto, fundamentou a sociedade racista em que estamos inseridos. Ao decompor essa história, compreendemos de que forma essa estrutura capilar é mantida na construção do Estado Nacional. A partir dessa subversão, proposta pela autora, de uma história que se propõe única e que sustenta alegoricamente a democracia racial que torna evidente que esse elemento é fundamental para invisibilizar as condições desiguais em que os herdeiros e herdeiras de Ananse estão submetidos por essa sociedade. Assim, a democracia racial foi identificada pela autora como um dos maiores impeditivos de mudança das condições sociais da população não branca.

O livro é organizado da seguinte forma, os dois primeiros capítulos foram dedicados à apresentação das personas assumidas pelo antagonista, para tanto os atos destes capítulos contam com uma apresentação histórica e teórica da construção do racismo como agente que foi enraizado na sociedade, com a contribuição de diferentes áreas do conhecimento. A autora dá início a essa contextualização histórica a partir das bases científicas biológicas que elaboram o conceito de raça e a hierarquização entre elas. No entanto, segundo a autora, é a partir das colonizações que essas teorias passaram a ganhar forma de poder em diferentes sociedades,

sendo que os efeitos dessas elaborações não se restringiram às populações negras. Ainda neste ato, a autora nos apresenta a densidade das camadas que sustentam estes sistemas racistas, que foram capilarizadas a partir de contribuições religiosas, jurídicas, científicas e literárias. Conhecer essas camadas de sustentação nos permite compreender de que forma esse conceito passa a fazer parte da subjetividade dos indivíduos e como a visão de mundo racista é promovida e necessária para que o estado mantenha a situação sob seu controle.

Apresentar a permanência desse sistema até os tempos atuais, da forma que foi desenvolvido pela autora, demonstra, a partir das personas do racismo (representadas institucionalmente pela religião, pela ciência, pelo Estado e por este, no processo de colonização, nos processos abolicionistas, nos projetos de branqueamento da sociedade brasileira, na institucionalização da democracia racial, possibilitaram), uma atualização constante da estrutura do racismo. Os elementos apresentados pela autora, ao tratar das personas do racismo, apontam a raiz da contradição que envolve a narrativa do Estado de relações raciais harmoniosas e democráticas, que considera a estrutura racista como inexistente e restrita ao tempo passado. Essa tentativa do Estado requer o entendimento de que o fim da escravidão pudesse ser o próprio ato de reparação do Estado brasileiro com a população negra.

A atualização das personas do racismo não se resume na atualização de seus instrumentos concretos; a atualização conceitual também é fundamental para mantê-lo. Para tanto, a autora nos traz alguns exemplos dessas atualizações, a começar pela proposta de adequação da discussão sobre raça, que resulta mais em uma substituição conceitual de raça por etnia. Essa proposta apresentada pelas ciências humanas foi compreendida pela autora como mais uma das personas do racismo, a substituição conceitual não seria capaz de resolver a equação de uma sociedade racializada, o racismo é objeto concreto de atuação na sociedade, a mudança de termos ocorre na subjetividade acadêmica e, mais uma vez, funciona como instrumento de silenciamento para as questões geradas pela raça.

A partir dessa questão do silenciamento provocado por elaborações teóricas, a autora traz para o debate o racismo operante na academia que se reflete na forma negligente que essas questões são tratadas, embora seja perceptível um movimento crescente no desenvolvimento de pesquisas e

discussões sobre questões étnicas e identitárias, isso não ocorreu, segundo a autora, da mesma forma para as questões sobre o racismo sendo ele o próprio objeto de pesquisa. Esse movimento não pode ser descolado das interferências internacionais, que realizaram papel fundamental na viabilização de mudanças epistemológicas acerca das condições raciais no Brasil. A ideologia da democracia racial sustentada pelo Estado brasileiro sempre chamou atenção das organizações internacionais, como experiência que destoava de outros países que compartilham de experiências semelhantes em sua formação, o que despertou o interesse de organizações internacionais para o desenvolvimento de pesquisa no país.

O que foi revelado nos relatórios produzidos em parceria entre as organizações internacionais como a UNESCO e pesquisadores brasileiros foi o oposto do que vinha sendo divulgado pelo Estado brasileiro, a quebra dessa imagem só foi possível pelo empenho de um novo grupo de estudiosos da sociologia e antropologia brasileiras que investigaram as desigualdades existentes entre raças e apontaram para uma persistência dos valores ideológicos de uma sociedade escravocrata em uma democracia, através de sua elite. A autora identifica que a democracia racial sustentada pelo Estado é, sem dúvida, um dos maiores empecilhos do combate ao racismo no Brasil. A ideia de que as relações raciais aqui existem em condições de igualdade tem como objetivo impedir o avanço das lutas dos herdeiros de Ananse.

No livro, conseguimos compreender de que forma essa ideia é um projeto de Estado, a começar pelas lutas abolicionistas, que estão na história nacional de forma heroica e coordenada pelos benevolentes das elites, sem reconhecer as manifestações de resistência e luta dos herdeiros. Neste projeto, outro ponto que se destaca foram as políticas promovidas de branqueamento da população através do incentivo do Estado brasileiro à migração de populações brancas e europeias para o Brasil. Essa política fez parte do empenho em construir uma identidade nacional que tinha urgência em se distanciar da mistura entre brancos, negros e populações indígenas. Essa tentativa de branqueamento contou com um aparato legal que previa intervenções do Estado na formação de famílias negras, demonstrando o quanto era importante que a negritude fosse dissolvida ao longo do tempo.

Essa política de branqueamento só se tornou uma questão quando o racismo atinge concretamente populações

brancas (a partir do prisma brasileiro). Foi por meio do holocausto vivido pela população judaica, justificada na superioridade de uma raça e em busca de uma pureza, que se baseia no extermínio de populações e foi utilizada como seleção populacional e construção de uma nação.

A construção do povo brasileiro passou diversas vezes pela tentativa de embranquecimento, por valorização seguida de desvalorização da mestiçagem, mas nunca pela possibilidade de enegrecimento da população. A necessidade de identificar-se enquanto pátria surge na efervescência literária que procurou apresentar quem era a população brasileira, durante o pós primeira Guerra Mundial. Esse movimento foi fundamental e permitiu vir à superfície as desigualdades experimentadas pelos herdeiros de Ananse no país.

A branquitude também foi colocada como questão pela autora como mais um elemento entremeado as questões do racismo. A falta de estudos sobre ela faz parte de um consenso de universalidade que não passa pelos mesmos processos de racialização da negritude. Essa condição universal garante à população branca um lugar seguro promovido pelo privilégio de pertencimento ao grupo posto como superior, o que também garante o silêncio diante das questões raciais. “O branco não nega sua branquitude, também não a alardeia, mas é por ela que ele se afirma” (117).

Mas há um movimento interessante que abalou e fez quebrar esse silêncio: o processo de instalação das cotas nas universidades públicas. As cotas fazem parte do longo processo de luta dos herdeiros de Ananse para diminuição das desigualdades no Brasil. Elas não são o todo, mas envolvem uma mudança importante na condição de privilégio e poder reservado para uma parcela da população. As ações afirmativas nas universidades, além de efetivarem um direito constitucional de acesso à educação superior, também significam o início de uma caminhada para a quebra de hegemonias. A possibilidade de entrada de uma parcela maior de herdeiros de Ananse faz aumentar o alcance de suas teias em lugares de disputa de poder e decisão.

Chegando ao terceiro ato, a autora se dedica à apresentação do protagonista, que passa desde o entendimento da construção corporal e as resistências envolvidas neste corpo social e coletivo. O corpo em performance ritualística que envolve em si memória e interação com o contexto onde é

revelado as questões coletivas. De acordo com a forma escolhida pela autora para expor as lutas dos herdeiros de Ananse, é imprescindível compreendermos que os homens e mulheres que chegaram aqui nessas terras não trouxeram nada além de seus corpos, esses herdeiros também não eram iguais, não saíram do mesmo lugar, não falavam a mesma língua, não acreditavam nos mesmos Deuses e essa foi uma das estratégias de dominação para o escravizador. Mas em mesma intensidade, esses homens e mulheres mantiveram suas capacidades de organização; inteligência necessária para reencontrarem os fios tecidos por Ananse, foi por meio deles que os seus herdeiros e herdeiras puderam resistir coletivamente.

Os quilombos e o conceito que os circunda foi retomado pelos herdeiros e herdeiras de Ananse, como um importante campo de luta, tornando Palmares um símbolo presente e importante. A partir das contribuições de Nina Rodrigues e os historiadores Flávio Gomes, Décio Freitas e Silva Lara, fica claro a necessidade de compreender Palmares a partir de uma perspectiva de Estado vigente paralelamente ao Regime colonial, sobrevivente de constantes ataques, resistindo por longos anos com uma grande população e organização econômica e política desenvolvidas. A autora também se preocupa em nos apresentar outros episódios de insurreição dos herdeiros, a fim de que entendamos que a história de apatia como é contada não corresponde ao que foi vivido e, assim, mais uma vez, esse trabalho rompe com a linearidade e homogeneidade do tempo pedagógico.

A autora também evidenciou os festejos que subvertiam e criavam frestas para suas performances ritualísticas, através de um sincretismo forçado nos feriados religiosos cristãos mantidos pelos herdeiros de Ananse como forma autoafirmação e resistências às imposições culturais e religiosas do período. Parte interessante deste ponto, destacada pela autora, era a forma entendida dessas apropriações, por alguns brancos, que as justificavam como momentos necessários para que os negros aliviassem suas tensões. Entretanto, esse entendimento esvaziava esses momentos de significados culturais ao mesmo passo em que os consideravam repletos de desordem, folia, licenciosidade e lascívia. Por outros, também foi objeto de desejo e admiração. Mas entre os negros, os festejos e as danças representavam o emaranhado das teias de Ananse que naquele momento eram fortalecidos.

O fortalecimento das teias de Ananse trouxe nas ações organizadas coletivamente dos herdeiros e herdeiras noções que buscavam combater a ideia de democracia racial, a cordialidade entre raças e a naturalização das desigualdades. Essas lutas enfrentadas pela população negra são essenciais para o desvelamento do racismo e de suas questões silenciadas e invisibilizadas. Dessa forma, se destaca a organização do fio-ação de Ananse através dos movimentos negros fundados desde 1930 e os estudos promovidos pelo IBGE e IPEA sobre as questões de desigualdade racial no Brasil, que apresentou através de dados, como o racismo atua em todas as áreas da vida dos herdeiros e herdeiras de Ananse. As condições reveladas por esses dados tornaram a luta por políticas públicas direcionadas às questões raciais e à erradicação das desigualdades como primordiais, a exemplo das políticas de combate à pobreza e/ou as políticas educacionais que precisam incluir a parcela da população mais afetada pelas faltas de oportunidade e de ensino de qualidade que os distanciam do acesso à educação de ensino superior

Tendo apresentado o protagonista, a autora elabora três estações com cenas a partir do contexto vivido pelos herdeiros de Ananse e suas ações de luta coletiva por representação, reconhecimento histórico e efetivação dos direitos. A partir dessa organização empreendida pela autora, tomamos conhecimento do processo de escolha do 20 de novembro como data de luta e comemorativa em detrimento do 13 de maio, dessa forma Zumbi dos Palmares passava a ser o símbolo maior de luta e resistência, “Palmares, então, passa a ser o reencontro do sonho perdido de uma sociedade forjada na luta e na qual, decerto, poderia haver prevalecido a verdadeira democracia racial” (158). A escolha pelo tempo performativo, das intersecções e transversalidades nos abre espaço para construção de novas histórias e o desvelamento das identidades diversas que coexistem, mas não são reconhecidas nacionalmente. Por fim, é apresentando o processo de fundação e adesão do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), a organização dos herdeiros e herdeiras de Ananse em forma de movimento social é uma importante formação de frente de batalha para representação das demandas dessa população.

Por fim, em concordância com a autora, gostaria de encerrar ressaltando a importância das lutas travadas pelos herdeiros Ananse para efetivação dos direitos já garantidos



constitucionalmente, sem perder de vista as batalhas que ainda precisaram ser travadas para criação e implantação de políticas públicas direcionadas à população negra. As lutas travadas pelos herdeiros e herdeiras de Ananse não devem ser resumidas na política de cotas e ela não deve ser o nosso ponto final. O racismo e a desigualdade precisam orbitar o centro das discussões com o intuito de reconhecermos suas estruturas e assim criar melhores condições de enfrentamento e de transformação da sociedade.

Enviado: 29/06/2021

Aceito: 18/08/2021